

Decisão ou Despacho

**APELAÇÃO  
CRIMINAL –  
EMBRIAGUEZ AO  
VOLANTE (ART. 306, §  
1º, inciso I DO CTB).  
PRELIMINAR DE  
NULIDADE POR  
AUSÊNCIA DE  
PROPOSTA DE ANPP  
E SURSIS –  
INEXISTENTE – RÉU  
QUE NÃO ATENDE  
AOS REQUISITOS  
LEGAIS PARA OS  
CITADOS  
BENEFÍCIOS. RESP.  
PLEITO  
ABSOLUTÓRIO, TÃO  
SOMENTE, QUANTO  
AO DELITO  
TIPIFICADO NO ART.  
306, DO CTB.  
ACÓRDÃO EM  
CONFORMIDADE  
COM O  
ENTENDIMENTO DO  
STJ. APLICAÇÃO DA  
SÚMULA 83/STJ, BEM  
COMO MATÉRIA QUE  
DEMENDA REEXAME  
DOS FATOS E  
PROVAS. SÚMULA  
07/STJ. RECURSO  
ESPECIAL  
INADMITIDO.**

**RE. PLEITO  
ABSOLUTÓRIO, TÃO  
SOMENTE, QUANTO  
AO DELITO  
TIPIFICADO NO ART.  
306, DO CTB. OFENSA  
REFLEXA  
CONSTITUCIONAL.  
RECURSO  
EXTRAORDINÁRIO  
INADMITIDO.**

## **DECISÃO**

Tratam-se de **Recursos Especial (art. 105, inciso III, alínea “a”, da Constituição Federal) e Extraordinário (art. 102, inciso III, alínea “a” da Constituição Federal)** interposto por **JOSE**

**EDUARDO SANTANA DOS SANTOS**, alegando violação, no primeiro, ao art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro e art. 386, V e VII, do Código de Processo Penal. Já no segundo, violação aos artigos 5º, II, XXXIX, LIV E LV, LVII e 93, IX da Constituição Federal.

O acórdão recorrido, proferido em sede de Apelação Criminal, está assim ementado:

“APELAÇÃO  
CRIMINAL –  
EMBRIAGUEZ AO  
VOLANTE (ART. 306, §  
1º, inciso I DO CTB) –  
RECURSO  
EXCLUSIVO DA  
DEFESA –  
PRELIMINAR DE  
NULIDADE POR  
AUSÊNCIA DE  
PROPOSTA DE ANPP  
E Sursis  
– INEXISTENTE –  
RÉU QUE NÃO  
ATENDE AOS  
REQUISITOS LEGAIS  
PARA OS CITADOS  
BENEFÍCIOS. PLEITO  
ABSOLUTÓRIO, TÃO  
SOMENTE, QUANTO  
AO DELITO  
TIPIFICADO NO ART.  
306, DO CTB –  
INACOLHIDO  
– DELITO COMETIDO  
NA VIGÊNCIA DA LEI  
12.670/2012 – CRIME  
DE PERIGO  
ABSTRATO –  
CONCENTRAÇÃO DE  
ÁLCOOL SUPERIOR A  
0,3 MILIGRAMAS POR  
LITRO DE AR  
EXPELIDO DOS  
PULMÕES – ESTADO  
DE EMBRIAGUEZ  
COMPROVADO  
PELOS  
DEPOIMENTOS DOS  
POLICIAIS  
MILITARESE  
CAPACIDADE  
PSICOMOTORA  
ALTERADA EM  
RAZÃO DA  
INFLUÊNCIA DO  
ÁLCOOL –  
CONDENAÇÃO  
MANTIDA –  
PREQUESTIONAMENTO

**- IMPOSSIBILIDADE -  
RECURSO  
CONHECIDO E  
DESPROVIDO.”**

Contrarrazões apresentadas em 10.04.2023.

É o breve relato.

O recurso está tempestivo e isento de preparo.

## **DO RECURSO ESPECIAL**

Inicialmente, se insurge o Recorrente, em síntese, por ter sido o Ministério Público inerte no que diz respeito ao oferecimento de Acordo de não persecução penal e suspensão condicional do processo, porém o aresto concluiu pela ausência dos requisitos formais para o oferecimento de ambos. Veja-se:

*“(...)Inicialmente, afirma o apelante a existência de nulidade, tendo em vista a necessidade de proposta de ANPP e Sursis que não foram realizadas pelo Ministério Público mesmo o acusado atendendo aos requisitos objetivos e subjetivos.*

*O Acordo de Não Persecução Penal introduzido no art. 28-A no CPP pode ser conceituado como instituto de caráter pré-processual, de direito negocial entre o representante do Ministério Público e o investigado, sendo cabível quando houver a confissão formal de infração penal, praticada sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos.*

*Ressalto que o ANPP não é um direito subjetivo do réu, sendo um poder-dever do Estado.*

*Em que pese alegue a defesa a existência de nulidade por não ter o Ministério Público oferecido o ANPP, o art. 28-A, caput, do Código de Processo Penal, dispõe que a confissão formal é um dos critérios para possibilidade de oferecimento do referido acordo. No entanto, conforme se extrai da sentença e da Audiência de Instrução, disponível no Sistema de Controle Processual (SCF), vê-se que o apelante “não confessou qualquer dos fatos a ele imputados” (fl. 125 e 153).*

*Dito isso, insta trazer à baila, também, o art. 28-A, §2º, II, CPP, segundo o qual o ANPP não se aplica se o investigado for reincidente, sendo que o apelante já fora condenado nos autos de nº 201553000409, não fazendo jus a tal direito.*

*Logo, o acusado não se enquadra nos requisitos para o oferecimento do ANPP, diante do não cumprimento dos critérios previstos no caput do art. 28-A, bem como do § 2º, II, do mesmo artigo.*

*De igual forma, com relação ao Sursis Processual, o art. 89 da Lei nº 9.099/95 exige que o acusado não tenha sido condenado por outro crime para que haja a suspensão do processo, fazendo com que o réu não atenda, também, aos requisitos legais para sua aplicação.*

*Não havendo,  
portanto, qualquer  
nulidade nesse ponto.”*

Sobre tais pontos, a Corte Superior possui o seguinte entendimento:

“PROCESSO PENAL.  
AGRAVO REGIMENTAL  
NO AGRAVO EM  
RECURSO ESPECIAL.  
CRIMES AMBIENTAIS.  
**ACORDO DE NÃO  
PERSECUÇÃO PENAL.**  
PRETENSÃO DE  
APLICAÇÃO  
RETROATIVA DO ART.  
28-A, DO CÓDIGO DE  
PROCESSO PENAL.  
DENÚNCIA RECEBIDA.  
IMPOSSIBILIDADE.  
**N Ã O**  
**PREENCHIMENTO**  
**DOS REQUISITOS.**  
**AUSÊNCIA DE**  
**CONFISSÃO FORMAL**  
**E CIRCUNSTANCIAL.**  
**REVOLVIMENTO DO**  
**CONJUNTO**  
**FÁTICO-PROBATÓRIO.**  
**INVIABILIDADE.**  
**SÚMULA N. 7/STJ.**  
AGRAVO REGIMENTAL  
NÃO PROVIDO.

1. Como é cediço, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC n. 191.464/SC, de relatoria do Ministro ROBERTO BARROSO, externou a impossibilidade de fazer-se incidir o acordo de não persecução penal quando já existente condenação, conquanto ela ainda esteja suscetível de impugnação.

2. Na mesma linha, ambas as Turmas que compõem a Terceira Seção deste

*Superior Tribunal de Justiça alinharam a compreensão de que a retroatividade do art. 28-A, do CPP, introduzido pela Lei n. 13.964/2019, se revela incompatível com o propósito do instituto, quando já recebida a denúncia e já encerrada a prestação jurisdicional nas instâncias ordinárias, estando o feito sentenciado, como na espécie. Precedentes.*

*3. In casu, a denúncia foi recebida em 30/8/2018 (e-STJ fl. 152), isto é, antes da entrada em vigor da Lei n. 13.964/2019, em 23/1/2020, o que torna inviável a aplicação retroativa do acordo de não persecução penal.*

*4. Ademais, os requisitos autorizadores da celebração de acordo de não persecução penal, expressamente previstos no art. 28-A, do CPP, devem ser preenchidos cumulativamente, quais sejam: (i) confissão formal e circunstancial; (ii) infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 anos; e (iii) medida necessária e suficiente para reprovação e prevenção do crime.*

*5. Na espécie, conforme destacado pelo Tribunal a quo, o recorrente sequer preenche os requisitos previstos no art. 28-A, do CPP, porquanto não houve confissão formal e circunstancial da prática das infrações penais imputadas (e-STJ fls. 411 e 454). A desconstituição de tal premissa para*

*acolher a pretensão defensiva demandaria necessariamente aprofundado revolvimento do conjunto fático-probatório, providência vedada em sede de recurso especial. Incidência da Súmula n. 7/STJ.*

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp n. 2.090.918/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 9/8/2022, DJe de 16/8/2022)”

“PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. RECEITAÇÃO. PLEITO DE REGIME PRISIONAL. PENA APLICADA INFERIOR À 4 (QUATRO) ANOS. EXISTÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEISE REINCIDÊNCIA.

INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 269/STJ. MANUTENÇÃO DO REGIME FECHADO. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I – (...)

*III - Quanto ao pedido da defesa de substituição da pena privativa de liberdade por restritivas*

*de direitos, o v. acórdão recorrido asseverou que a reincidência e o mau antecedente impedem a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos ou multa, ou à concessão do sursis (CP, 44, incisos II e III, e 77, incisos I, II e III, todos Código Penal), portanto, nada a reparar.*

*Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1912984/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 16/03/2021, DJe 23/03/2021)”*

Portanto, verifica-se que o acordo recorrido não se afasta do entendimento da Corte Superior, bem como a matéria em questão demanda o reexame do conjunto fático probatório, passível assim a aplicação das **Súmulas nº 83 e 07**, ambas do Superior Tribunal de Justiça.

N’outro enfoque, o Recorrente sustenta violação ao **art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro** pois, não há prova suficiente quanto a autoria e conduta delitiva em desfavor do mesmo, pugnando, no mérito, pela absolvição nos termos do **art. 386, V, VII do Código de Processo Penal**.

Respeitante a mencionada ausência de autoria e materialidade, colhe-se do Aresto nos seguintes trechos:

“(…) Analisando as razões recursais, observo que a defesa insurge-se, tão somente, **quanto à condenação do apelante pela prática do delito tipificado no art. 306, do CTB**, pugnando pela **absolvição do acusado**, argumentando, para tal desiderato, a insuficiência de provas quanto a autoria delitiva no que diz respeito a condução do veículo.

A materialidade delitiva resta testemunhada através do Boletim de Ocorrência nº 00083010/2021 (fls.



41/43), Auto de Prisão em Flagrante (fls. 36/37), Relatório de Ocorrência Policial (fl. 38), Teste de Alcoolemia (fls. 39/40) e Termo de Depoimento dos Condutores (fls. 12 e 14).

Malgrado o esforço da defesa, a autoria delitiva também ressaí indubitosa, posto que analisando detidamente o arcabouço probatório produzido nos autos, a meu sentir, **a tese defensiva não merece prosperar. Explico.**

Inicialmente, insta consignar que a redação dada pela Lei 12.760/2016 ao artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro, tal como a Lei 11.705/2008, não mais prevê a necessidade de exposição a dano potencial à incolumidade de outrem, porquanto se trata de delito de perigo abstrato. Vejamos:

*Art. 306. Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência:*

*Penas - detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.*

*§ 1º As condutas previstas no caput serão constatadas por:*

*I - concentração igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,3 miligrama*

*de álcool por litro de ar alveolar; ou*

*II - sinais que indiquem, na forma disciplinada pelo Contran, alteração da capacidade psicomotora.*

*§ 2º A verificação do disposto neste artigo poderá ser obtida mediante teste de alcoolemia ou toxicológico, exame clínico, perícia, vídeo, prova testemunhal ou outros meios de prova em direito admitidos, observado o direito à contraprova.*

*§ 3º O Contran disporá sobre a equivalência entre os distintos testes de alcoolemia ou toxicológicos para efeito de caracterização do crime tipificado neste artigo.*

Desta forma, tratando-se de delito de perigo abstrato, a mera conduta de conduzir veículo automotor, com capacidade psicomotora alterada em razão da influência do álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência, sujeita o agente à punição.

A propósito:

**APELAÇÃO CRIMINAL  
– EMBRIAGUEZ AO  
VOLANTE (ART. 306, §  
1º, inciso IDO CTB) –  
RECURSO EXCLUSIVO  
DA DEFESA – PLEITO  
ABSOLUTÓRIO – NÃO  
ACOLHIMENTO –  
MATERIALIDADE E  
AUTORIA DELITIVAS  
COMPROVADAS -  
CRIME DE PERIGO**

**ABSTRATO** –  
 CONCENTRAÇÃO DE  
 ÁLCOOL DE 0,75  
 MILIGRAMAS POR  
 LITRO DE AR  
 EXPELIDO DOS  
 PULMÕES –  
 DEPOIMENTOS DOS  
 POLICIAIS  
 RODOVIÁRIOS  
 FEDERAIS  
 TESTIFICAM A  
 EMBRIAGUEZ E  
 CAPACIDADE  
 PSICOMOTORA  
 ALTERADA EM RAZÃO  
 DA INFLUÊNCIA DO  
 ÁLCOOL –  
 CONDENAÇÃO  
 MANTIDA – RECURSO  
 CONHECIDO E  
 DESPROVIDO.

(Apelação Criminal Nº  
 202200318211 Nº único:  
 0007597-05.2019.8.25.0027  
 - CÂMARA CRIMINAL,  
 Tribunal de Justiça de  
 Sergipe - Relator(a): Ana  
 Lúcia Freire de A. dos  
 Anjos - **Julgado em  
 19/08/2022**)

APELAÇÃO CRIMINAL.  
 CRIME DE TRÂNSITO.

**EMBRIAGUEZ AO  
 VOLANTE** (ART. 306  
 DA LEI 9.503/97).  
 PEDIDO DE  
 ABSOLVIÇÃO POR  
 AUSÊNCIA DE  
 COMPROVAÇÃO DA  
 ALTERAÇÃO NA  
 CAPACIDADE  
 PSICOMOTORA DO  
 AGENTE. AUSÊNCIA  
 DE TESTE DE  
 ALCOOLEMIA.  
 EMBRIAGUEZ  
 VERIFICADA POR  
 OUTROS MEIOS DE  
 PROVA. ART. 306, § 2º,  
 DO CTB. DEPOIMENTO  
 DOS POLICIAIS.  
 CREDIBILIDADE.  
**CRIME DE PERIGO  
 ABSTRATO.**  
 INEXIGÊNCIA DE

DEMONSTRAÇÃO DA EFETIVA POTENCIALIDADE LESIVA DA CONDUTA E DE PROVA DA ALTERAÇÃO DA CAPACIDADE PSICOMOTORA DO AGENTE. PRECEDENTES DO STJ. CONDENAÇÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. I - 'a alteração da capacidade motora em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, consoante o § 2º do artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro, com a redação dada pela Lei 12.760/2012, é regra de cunho relativo à prova, que poderá ser constatada por teste de alcoolemia, como na hipótese, ou outros meios de prova em direito admitidos, sendo despicienda a demonstração da efetiva potencialidade lesiva da conduta, vez que o crime é considerado de perigo abstrato.' (AgRg no AREsp 1274148, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 24/5/2018). No mesmo sentido: RHC 95316, Rel. Ministro FÉLIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 1/8/2018) II - “A jurisprudência sedimentada desta Corte Superior de Justiça está fixada no sentido de que é de perigo abstrato o delito previsto no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro, sendo desnecessária a demonstração da efetiva

potencialidade lesiva da conduta; e de que, para a tipificação do citado crime, a partir da vigência das Leis n. 11.705/2008 e 12.760/2012, não há exigência quanto a estar comprovada a modificação da capacidade motora do Agente. Assim, não há falar em absolvição ao argumento de que não ficou demonstrada a alteração da capacidade psicomotora.” (AgRg no AgRg no AREsp n. 1.829.045/GO, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 27/8/2021.) III - “O crime previsto no art. 306 da Lei n. 9.503/1997 é de perigo abstrato, não se exigindo mais para sua tipificação, posteriormente à edição das Leis n. 11.705/2008 e 12.760/2012, a prova da alteração da capacidade psicomotora do agente.” (AgRg no AREsp n. 1.873.064/TO, relator Ministro João Otávio de Noronha, Quinta Turma, DJe de 6/8/2021.) (Apelação Criminal Nº 202200301410 Nº único: 0050716-60.2020.8.25.0001 - CÂMARA CRIMINAL, Tribunal de Justiça de Sergipe - Relator(a): Elvira Maria de Almeida Silva - **Julgado em 19/07/2022**)

(...)

O teste de alcoolemia do apelante apurou a concentração de 0,98mg de álcool por litro de ar alveolar expirado (fl.39/40).

Dos depoimentos realizados na delegacia pelos policiais militares **Ismael Carlos de Jesus e**

**Igor Carlos Ferreira D'ávila**, sob o crivo do contraditório, infere-se que o acusado estava sob efeito de álcool, realizando manobras de alto risco e transitando nas vias de trânsito em alta velocidade.

Não restou demonstrada dos autos a versão da defesa de que o acusado não estava dirigindo o veículo, tendo em vista que este foi encontrado ao lado do veículo, que havia subido na calçada e encontrava-se com o pneu furado, estando o réu em estado de embriaguez.

Em nenhum momento sequer foi indicado pela defesa que havia um terceiro no local do delito que pudesse estar na direção do veículo, simplesmente, alega que os policiais não viam o acusado dirigindo o carro, tentando desconsiderar todas as demais provas produzidas que indicam a condução do veículo pelo réu.

Os policiais após a denúncia da população, seguiram a rota traçada por estes (populares) quanto ao rumo do veículo, chegando assim ao acusado em estado de embriaguez, junto ao veículo, que por sua vez estava em cima da calçada e com o pneu furado, em nítida situação de configuração do delito.

Observando a Audiência de Instrução, disponível no Sistema de Controle Processual (SPC), vislumbro que os depoimentos prestados em

juízo ratificaram as declarações extrajudiciais. Confira-se:

**Depoimento das testemunhas Ismael Carlos de Jesus e Igor Carlos Ferreira D'ávila (Policiais Militares):**

*“Que receberam uma denúncia da população, na cidade de Moita Bonita, de um cidadão estava conduzindo um carro, subindo em calçadas, fazendo manobras perigosas e que aparentava estar bêbado. Que ao realizar a diligência no local a população os instruiu, indicando a rota traçada pelo agente. Que avistaram o carro em uma rua, em cima da calçada e com o pneu danificado, que o acusado estava ao lado do carro. Que identificaram o veículo através da numeração da placa, informada pelos populares, que tais pessoas informavam as características do condutor e do veículo. Que após a situação de flagrante, conduziram o agente até a Polícia Rodoviária Federal e lá realizaram o teste de bafômetro.”*

*“Que recebeu denúncia pela população de que um cidadão estava conduzindo um carro, estava fazendo manobras perigosas (cavalo de pau) que aparentava estar bêbado; Que fazendo rondas em busca, os transeuntes apontavam e indicavam onde estaria o autor dos fatos; Que em um dado momento, avistaram o carro em uma rua, em*

*cima de uma calçada e com o pneu furado; que identificou o veículo através da placa informada pelos populares; Que o acusado estava ao lado do carro; Que foi feita a condução para a PRF; Que foi feito o teste do bafômetro na PRF.”*

O réu, ora apelante, quando em juízo, negou a autoria delitiva.

Como se vê dos depoimentos colacionados, a capacidade psicomotora do recorrente, no dia dos fatos, estava alterada em razão da influência do álcool. E tal ilação é perfeitamente aquilatada, como já consignado, nos depoimentos prestados pelos Policiais Militares Ismael Carlos de Jesus e Igor Carlos Ferreira D’ávila, ao afirmarem que receberam denúncias da população de Moita Bonita sobre o apelante estar transitando em alta velocidade, dando “cavalo de pau” e realizando manobras de alto risco, aparentando estar bêbado, razão pela qual realizaram a diligência e, posteriormente, com a ajuda dos populares, encontraram o acusado ao lado do veículo, em cima da calçada com o pneu rasgado. Com isso, conduziram o mesmo à Polícia Rodoviária Federal e lá fora realizado o procedimento correto a fim de detectar se o abordado estava ao volante sob efeito de álcool, sendo constatado a presença de 0,98 miligramas por litro de ar alveolar, consoante se vê do teste de



alcoolemia, anexado à fl. 39/40.

Urge ainda ressaltar que, diferente do que foi argumentado pela defesa do Apelante, em suas razões recursais, os testemunhos dos policiais que foram realizados na delegacia e em juízo, declarando a flagrância do delito são, sim, de fundamental importância para esclarecimento dos fatos e corroboram as demais provas produzidas, a citar o Boletim de Ocorrência n° 00083010/2021 (fls. 41/43), Auto de Prisão em Flagrante (fls. 36/37), Relatório de Ocorrência Policial (fl. 38) e o Teste de Alcoolemia (fls. 39/40), não havendo insuficiência de provas.

Tais depoimentos não podem ser desconsiderados, principalmente por possuírem consonância com as demais provas carreadas aos autos, notadamente diante do teor do artigo 306, do Código de Trânsito Brasileiro, que **permite a demonstração da capacidade psicomotora alterada pela ingestão de bebida alcoólica por meio da prova testemunhal**, comprovada pelo procedimento correto, evidenciando, de forma clara a prática do delito a ele imputado na denúncia.”

No mesmo sentido, é pacífica a jurisprudência do STJ:

“AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE

DECLARAÇÃO NO  
RECURSO ESPECIAL.  
EMBRIAGUEZ NA  
DIREÇÃO DE VEÍCULO  
AUTOMOTOR. CRIME  
DE PERIGO  
ABSTRATO.  
DESCRIÇÃO DE  
CONDUÇÃO ANORMAL  
DO VEÍCULO.  
PRESCINDIBILIDADE.  
CONDUTA TÍPICA.  
INÉPCIA DA  
DENÚNCIA.  
INEXISTÊNCIA.  
CONDUÇÃO DO  
VEÍCULO SOBRE A  
INFLUÊNCIA DE  
ÁLCOL  
INCONTROVERSA NOS  
AUTOS. NÃO  
INCIDÊNCIA DA  
SÚMULA 7/STJ. AGRAVO  
IMPROVIDO.

*1. O delito capitulado art. 306 do CTB é de perigo abstrato, sendo prescindível a demonstração da potencialidade lesiva na conduta praticada para sua configuração, bastando a condução de veículo automotor sob a influência de álcool.*

*2. Incontroversa a efetiva condução de veículo automotor sob a influência de álcool, consoante previsto no art. 306 do CTB, não há falar em revolvimento fático-probatório e, portanto, no óbice da Súmula 7/STJ.*

*3. Agravo regimental improvido. (AgRg nos EDcl no REsp n. 1.727.259/RJ, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 4/4/2019 – gr.fo nosso)”*

“PENAL E PROCESSUAL  
 PENAL. AGRAVO  
 REGIMENTAL NO  
 RECURSO ESPECIAL.  
 DECISÃO RECORRIDA  
 QUE APLICOU A  
 SISTEMÁTICA DO ART.  
 543-C, §§ 7º E 8º, DO  
 CPC. RECURSO  
 REPRESENTATIVO DA  
 CONTROVÉRSIA. RESP  
 1.111.566/DF. AUSÊNCIA  
 DE PERTINÊNCIA  
 TEMÁTICA. AÇÃO  
 PENAL.  
 TRANCAMENTO.  
 EMBRIAGUEZ AO  
 VOLANTE. ART. 306 DO  
 CTB. PERIGO  
 ABSTRATO.  
 BAFÔMETRO. Decreto n.  
 6.488/08.  
 CONCENTRAÇÃO  
 SUPERIOR A 0, 3  
 MILIGRAMA POR LITRO  
 DE AR EXPELIDO DOS  
 PULMÕES. CRIME.  
 OCORRÊNCIA. FATO  
 ANTERIOR À EDIÇÃO  
 DA LEI N. 12.760/12.  
 DESCRIMINALIZAÇÃO  
 DA CONDUITA. NÃO  
 OCORRÊNCIA. JUSTA  
 CAUSA CONFIGURADA.  
 RECURSO PROVIDO.

1. (...)

2. É pacífica a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que o crime de embriaguez ao volante é de perigo abstrato, não sendo necessária a demonstração da potencialidade lesiva da conduta.

3. (...)

6. A Lei n. 12.720/12, ao se referir à condução de veículo automotor com capacidade psicomotora

*alterada em razão da influência de álcool, não descriminalizou a conduta de dirigir com concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a 6 decigramas ou de 0,3 miligrama por litro de ar expelido dos pulmões, parâmetro inserido em parágrafo próprio, promovendo, ainda, a ampliação das formas de aferição dos sinais da embriaguez.*

*7. Não há falar em inépcia da inicial acusatória que descreve o fato criminoso com todas as suas circunstâncias, registrando que a acusada, submetida ao teste de etilômetro, apresentou concentração de álcool de 0,4 miligrama por litro de ar alveolar, ou seja, quantidade superior àquela indicada no inciso I do art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro.*

*8. Agravo regimental provido. (AgRg no REsp 1498656/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 25/05/2016)”*

Incide, assim, o enunciado da **Súmula 83/STJ** que impede a remessa de Especial, nos seguintes termos:

***“Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.”***

## **DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO**

Verifica-se que foi formalizada a preliminar de repercussão geral, o que viabiliza, por esse aspecto, o seguimento do Extraordinário.

Inicialmente, alega o recorrente que a decisão atacada não foi devidamente fundamentada. Sustenta assim, ofensa ao artigo 93, IX, da Constituição Federal.

Contudo, no caso, infere-se que as questões postas foram devidamente examinadas, encontrando-se o acórdão combatido fundamentado. Deste modo, não há que se falar em negativa de prestação jurisdicional.

Neste sentido, cita-se o seguinte julgado da Excelsa Corte:

*“EMENTA DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO. LEI COMPLEMENTAR 835/97. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV E LV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. LEGALIDADE. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NÃO VIABILIZA O MANEJO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIAL. ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. RAZÕES DE DECIDIR EXPLICITADAS PELO ÓRGÃO JURISDICIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 10.12.2012. 1. Inexiste violação do art. 93, IX, da Lei Maior. A jurisprudência do*

*Supremo Tribunal Federal é no sentido de que o referido dispositivo constitucional exige a explicitação, pelo órgão jurisdicional, das razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pelas partes. 2. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV e LV, da Constituição Federal, observada a estreita moldura com que devolvida a matéria à apreciação desta Suprema Corte, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária prevista no art. 102 da Magna Carta. 3. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere à ausência de ofensa direta e literal a preceito da Constituição da República. 4. Agravo regimental conhecido e não provido.” (ARE 913820 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 20/10/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-223 DIVULG 09-11-2015 PUBLIC 10-11-2015) grifou-se*

N’outro enfoque, a parte recorrente argumentou que o acórdão local violou o artigo o 5º, incisos II, XXXIX, LIV E LV, LVII.

Acontece que não há como se conhecer da irresignação invocada, pois o Supremo Tribunal Federal sedimentou entendimento de que a análise da matéria implicaria meramente ofensa reflexa ao texto constitucional, por demandar a análise da legislação infraconstitucional aplicada ao caso.

Por oportuno, colaciono os seguintes julgados:

“EMENTA DIREITO  
 PENAL E PROCESSUAL  
 PENAL. RECEBIMENTO  
 DA DENÚNCIA.  
 PECULATO.  
 QUADRILHA.  
 PRESCRIÇÃO.  
 COMPETÊNCIA DO STJ.  
 RECURSO  
 EXTRAORDINÁRIO  
 INTERPOSTO SOB A  
 ÉGIDE DO CPC/1973.  
**ALEGAÇÃO DE  
 OFENSA AOS ARTS. 5º,  
 LIII, LIV, LV, LVI e  
 LVII, DA  
 CONSTITUIÇÃO DA  
 REPÚBLICA.  
 EVENTUAL VIOLAÇÃO  
 REFLEXA DA  
 CONSTITUIÇÃO DA  
 REPÚBLICA NÃO  
 VIABILIZA O  
 RECURSO  
 EXTRAORDINÁRIO.**  
 NEGATIVA DE  
 PRESTAÇÃO  
 JURISDICIONAL. ART.  
 93, IX, DA  
 CONSTITUIÇÃO DA  
 REPÚBLICA.  
 NULIDADE.  
 INOCORRÊNCIA.  
 CONTRADITÓRIO E  
 AMPLA DEFESA.  
 DEVIDO PROCESSO  
 LEGAL. AUSÊNCIA DE  
 REPERCUSSÃO GERAL.  
 PRESUNÇÃO DE  
 INOCÊNCIA.  
 REELABORAÇÃO DA  
 MOLDURA FÁTICA.  
 PROCEDIMENTO  
 VEDADO NA INSTÂNCIA  
 EXTRAORDINÁRIA.  
 AGRAVO MANEJADO  
 SOB A VIGÊNCIA DO  
 CPC/1973. 1. O  
 entendimento assinalado  
 na decisão agravada não  
 diverge da jurisprudência  
 firmada no Supremo  
 Tribunal Federal.  
 Compreensão diversa  
 demandaria a  
 reelaboração da moldura  
 fática delineada no

*acórdão de origem, a tornar oblíqua e reflexa eventual ofensa à Constituição, insuscetível, como tal, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário. 2. Obstada a análise da suposta ofensa aos preceitos constitucionais invocados, porquanto dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, procedimento que refoge à competência jurisdicional extraordinária desta Corte Suprema, a teor do art. 102 da Magna Carta. 3. As razões do agravo não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere à ausência de ofensa a preceito da Constituição da República. 4. Agravo regimental conhecido e não provido. (ARE 687165 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 07/11/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-261 DIVULG 16-11-2017 PUBLIC 17-11-2017)”*

*“Ementa: SEGUNDO AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO. ARTIGO 1º, § 4º, DA LEI 9.613/1998. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.*



APLICAÇÃO DE  
 PRECEDENTES DESTA  
 CORTE PROFERIDOS  
 NA SISTEMÁTICA DA  
 REPERCUSSÃO GERAL.  
 INTERPOSIÇÃO DE  
 AGRAVO. NÃO  
 CABIMENTO.  
 PRECEDENTES.  
 ALEGADA VIOLAÇÃO  
 AO ARTIGO 5º, LVII, DA  
 CONSTITUIÇÃO  
 FEDERAL. PRINCÍPIO  
 DO IN DUBIO PRO REO.  
 AUTORIA E  
 MATERIALIDADE.  
 REEXAME DO  
 CONJUNTO  
 FÁTICO-PROBATÓRIO  
 CARREADO AOS AUTOS.  
 IMPOSSIBILIDADE.  
 INCIDÊNCIA DA  
 SÚMULA 279 DO STF.  
 ALEGADA VIOLAÇÃO  
 AO ARTIGO 5º, LIV E  
 LV, DA CONSTITUIÇÃO  
 FEDERAL. PRINCÍPIOS  
 DA AMPLA DEFESA,  
 DO CONTRADITÓRIO E  
 DO DEVIDO  
 PROCESSO LEGAL.  
 OFENSA REFLEXA AO  
 TEXTO DA  
 CONSTITUIÇÃO  
 FEDERAL. AGRAVO  
 INTERNO DESPROVIDO.  
 (ARE 1062229  
 AgR-segundo, Relator(a):  
 Min. LUIZ FUX, Primeira  
 Turma, julgado em  
 23/02/2018, PROCESSO  
 ELETRÔNICO DJe-050  
 DIVULG 14-03-2018  
 PUBLIC 15-03-2018)

Mediante o exposto, **INADMITO** os Recursos Especial e Extraordinário e **NEGO-LHES SEGUIMENTO**.

Intimem-se.